



Art. 10. Cada unidade organizacional do Ministério da Cultura contará com um servidor designado como Responsável por Informações, que estará encarregado da concessão, manutenção, revisão e cancelamento de autorizações de acesso a instalações e sistemas de informações deste Ministério, bem como seus documentos ou aqueles sob sua guarda.

Parágrafo único. O encargo de Responsável por Informações recairá preferencialmente sobre o Chefe da Unidade ou seu Assessor direto.

Art. 11. Cabe ao Responsável por Informações:

I - elaborar matriz que relacione cargos em comissão e funções gratificadas sob sua subordinação às autorizações de acesso concedidas, observadas as diretrizes da POSIC/MinC e suas normas e procedimentos, bem como a disposição do art. 18 do Decreto Nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, quando se tratar de informações classificadas como sigilosas;

II - manter registro e controles atualizados das liberações de acesso concedidas, determinando, sempre que necessário, a pronta suspensão ou alteração de tais liberações;

III - reavaliar, sempre que necessário, as liberações de acesso concedidas, cancelando aquelas que não forem mais necessárias;

IV - analisar os relatórios da ETIR que sejam levados a seu conhecimento, com o objetivo de identificar desvios em relação à POSIC/MinC e suas normas e procedimentos, adotando as ações corretivas necessárias;

V - participar da investigação de incidentes de quebra de segurança relacionados à informação sob sua responsabilidade; e

VI - participar, sempre que convocado, das reuniões do CSIC, prestando os esclarecimentos solicitados.

Seção II

Dos Deveres para com a Segurança da Informação e das Comunicações

Art. 12. São deveres dos dirigentes do Ministério da Cultura:

I - cumprir e fazer cumprir a POSIC/MinC e suas normas e procedimentos;

II - assegurar que suas equipes possuam acesso e conhecimento da POSIC/MinC e suas normas e procedimentos;

III - propor procedimentos de segurança da informação e comunicações relacionados às suas áreas de competência, submetendo as propostas ao CSIC; e

IV - comunicar imediatamente eventuais casos de violação de segurança da informação ao CSIC ou a qualquer um de seus membros.

Art. 13. São deveres de todo servidor ou colaborador do Ministério da Cultura:

I - cumprir fielmente a POSIC/MinC e suas normas e procedimentos;

II - buscar orientação do superior hierárquico imediato em caso de dúvidas relacionadas à segurança da informação;

III - assinar os termos de confidencialidade, responsabilidade e outros que venham a ser instituídos por normas ou procedimentos de segurança da informação e comunicações, formalizando a ciência e o aceite da POSIC/MinC, das normas e procedimentos respectivos, bem como assumindo responsabilidade por seu fiel cumprimento;

IV - proteger as informações contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizados nos termos da POSIC/MinC e suas normas e procedimentos;

V - assegurar que os recursos tecnológicos a sua disposição sejam utilizados apenas para as finalidades aprovadas nos termos da POSIC/MinC e suas normas e procedimentos; e

VI - comunicar imediatamente, ao respectivo Responsável por Informação ou ao Gestor de Segurança da Informação, qualquer descumprimento ou violação da POSIC/MinC ou de suas normas e procedimentos.

Parágrafo único. As normas de segurança poderão especificar os colaboradores sujeitos à POSIC/MinC, bem como definir obrigações adicionais a servidores e colaboradores.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. A POSIC/MinC e suas normas e procedimentos serão disponibilizados para consulta de todos os servidores e colaboradores na rede corporativa deste Ministério, sem prejuízo da publicação oficial.

Parágrafo único. Sem prejuízo da disponibilização a que se refere o caput, a POSIC/MinC será objeto de ampla divulgação a todos os servidores e colaboradores, sendo facultada a divulgação das normas e procedimentos de segurança da informação e comunicações apenas ao público-alvo nelas definido.

Art. 15. Em caso de quebra de segurança, poderá o Gestor de Segurança da Informação, para garantir a continuidade e a normalidade dos serviços de rede, determinar restrições temporárias de acesso a informações ou a recursos computacionais deste Ministério.

Art. 16. Os casos omissos da POSIC/MinC que não sejam objeto de norma ou procedimento específico serão estudados pelo CSIC, para eventuais propostas na forma do inciso VI do art. 7 deste Instrumento Normativo.

Art. 17. O inciso VI, do art. 2º, da Portaria nº 39, de 30 de abril de 2013, do Ministério da Cultura, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - expedir diretrizes de segurança da informação e comunicações, observada a Política de Segurança da Informação e Comunicações do ministério; e

..... (NR)"

Art. 18. Ficam revogadas a Portaria nº 119, de 5 de dezembro de 2011, e a Norma Técnica de Informática - NTI 001/2006, de maio de 2006, publicada internamente.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

PORTARIA Nº 26, DE 7 DE ABRIL DE 2015

Estabelece, no âmbito das Unidades Administrativas e Vinculadas do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º A despesa a ser empenhada no exercício de 2015 com a concessão de diárias e passagens, no âmbito das Unidades Administrativas e Vinculadas do Ministério da Cultura, fica limitada aos valores constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os limites previstos nesta portaria poderão ser revisados, desde que respeitados os limites globais estabelecidos pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na forma do art. 5º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Art. 3º As demandas por alteração dos limites desta Portaria deverão ser encaminhadas à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, acompanhadas de justificativas para as respectivas alterações.

Parágrafo único. Com vistas a subsidiar a análise dos pedidos, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração poderá solicitar informações complementares às unidades requerentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO

| Unidades Administrativas e Vinculadas | R\$ 1,00 | Limite Autorizado |
|--|-----------|-------------------|
| Ministério da Cultura - Ad. Direta | | |
| Representações Regionais | 205.750 | |
| Representação Regional RJ e ES | 16.250 | |
| Representação Regional Nordeste | 36.750 | |
| Representação Regional Minas Gerais | 14.250 | |
| Representação Regional São Paulo | 16.750 | |
| Representação Regional Região Sul | 38.750 | |
| Representação Regional Norte | 41.750 | |
| Representação Regional Bahia e Sergipe | 16.250 | |
| Representação Regional Centro-Oeste | 25.000 | |
| Secretaria do Audiovisual | 238.450 | |
| Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura | 555.000 | |
| Secretaria de Políticas Culturais | 272.700 | |
| Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural | 669.010 | |
| Secretaria de Economia Criativa | 314.580 | |
| Secretaria de Articulação Institucional | 643.070 | |
| Secretaria Executiva | 683.970 | |
| Secretaria Executiva - Gab. | 263.000 | |
| Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração | 152.220 | |
| Diretoria de Direitos Intelectuais | 84.280 | |
| Diretoria de Relações Internacionais | 185.050 | |
| Diretoria de Prog. Especiais de Infraestrutura Cultural | 99.420 | |
| Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas | 100.000 | |
| Entidades Vinculadas | | |
| Fundação Casa de Rui Barbosa | 100.980 | |
| Fundação Biblioteca Nacional | 271.760 | |
| Fundação Cultural Palmares | 504.370 | |
| Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional | 1.829.510 | |
| Fundação Nacional de Artes | 402.120 | |
| Agência Nacional do Cinema | 659.770 | |
| Instituto Brasileiro de Museus | 683.010 | |
| TOTAL MINC | | 8.234.090 |

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 7 de abril de 2015

Nº 79 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA ANINC, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANINC, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "Divã 2" para "Divã a 2".

12-0083 - Divã a 2

Processo: 01580.006033/2012-94

Proponente: Total Entertainment Ltda. - ME

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 02.863.008/0001-07

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

08-0386 - Pelé Eterno - Longa Versão

Processo: 01580.039069/2008-78

Proponente: Cinedistri Produção e Distribuição Audiovisual Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 05.283.625/0001-21

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação e o aprovar o gerenciamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

11-0145 - No Retrovisor

Processo: 01580.013284/2011-44

Proponente: Casé Filmes Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 09.558.964/0001-24

Valor total aprovado: R\$ 6.362.674,22

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 2.500.000,00 para R\$ 1.500.000,00

Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 36.357-X

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.500.000,00 para R\$ 0,00

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 0,00 para R\$ 500.000,00

Banco: 001 - agência: 1253-X conta corrente: 33.464-2

Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015.

Art. 4º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 202, DE 7 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)

1414282 - Estrela do Amanhã 2015-2016

Serviço Social da Indústria - SESI - RJ

CNPJ/CPF: 03.851.171/0001-12

Processo: 0140009299201479

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado RS: R\$ 557.510,00

Prazo de Captação: 08/04/2015 a 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto Estrela do Amanhã 2015-2016 tem o objetivo de promover a inclusão sociocultural de 80 crianças, jovens e adultos, residentes em comunidades de baixa renda do município de Petrópolis, por meio da realização de atividades de Teatro, Contação de História, Danças Urbanas e Capoeira, cuja metodologia integra cultura e educação, numa prática reflexiva e contextualizada com a participação da família e comunidade. Todos os participantes receberão acompanhamento para o desenvolvimento humano.

150127 - UAH-BAP-LU-BAP: TEATRO MUSICAL NA BAHIA

ASSOCIAÇÃO CONEXÕES CRIATIVAS

CNPJ/CPF: 11.309.888/0001-65

Processo: 01400000150201568

Cidade: Salvador - BA;

Valor Aprovado RS: R\$ 1.450.070,00

Prazo de Captação: 08/04/2015 a 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto propõe uma série de ações que relacionam o expressivo interesse pelo teatro musical no Brasil ao caráter experimental que a Bahia sempre apresentou em sua história com a dança, a música e o teatro. Ao longo do ano de 2015 uma série de atividades artísticas irão ocorrer no Teatro Gregório de Mattos, um dos mais tradicionais da cidade de Salvador - BA. Em torno do universo dos musicais haverá oficinas, palestras, entrevistas, apresentações cênicas, performances e exposições.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)

150109 - Festival Araxá Instrumental

Euvande Antonio Santos

CNPJ/CPF: 094.385.646-91

Processo: 01400000132201586

Cidade: Araxá - MG;

Valor Aprovado RS: R\$ 287.877,00